



Maneiras de pensar e de agir: a cultura erudita na corte e o reordenamento da assistência no reinado de D. João II (1481-1495) e D. Leonor (1481-1525)

Maneras de pensar y de actuar: la cultura erudita en la corte y el reordenamiento de la asistencia en el reinado de D. João II (1481-1495) y D. Leonor (1481-1525)

Ways of thinking and acting: erudite culture at court and reordering of assistance in the reign of king D. João II (1481-1495) and D. Leonor (1481-1525)

André Costa Acirole da SILVA¹

Resumo: O tema da assistência aos necessitados de recursos materiais ou de apoio espiritual e, destacadamente, aos enfermos tem sido foco de uma intensa produção historiográfica. O texto aponta um aspecto que colaborou para o reordenamento da assistência em Portugal no final da Idade Média tendo como foco as ações promovidas pelos monarcas de D. João II e sua esposa D. Leonor. Nosso objetivo é demonstrar como a cultura erudita na corte, assim como algumas influências externas, colaboraram para orientar a criação dos hospitais régios em Lisboa (Hospital de Todos os Santos) e nas Caldas da Rainha (Hospital de Nossa Senhora do Pópulo).

Abstract: The theme of assisting those in need of material resources or spiritual support, and especially the sick, has been the focus of intense historiographical production. The following text points out an aspect that contributed to the reordering of assistance in Portugal at the end of the Middle Ages, focusing on the actions promoted by the monarchs of D. João II and his wife D. Leonor. Our objective is to show how the erudite culture in the court, as well as some external influences, helped to guide the creation of the royal hospitals in Lisbon (Hospital of All Saints) and Caldas da Rainha (Hospital Our Lady of Pópulo).

Resumen: El tema de la asistencia a los necesitados de recursos materiales o de apoyo espiritual y, destacadamente, a los enfermos ha sido foco de una intensa producción historiográfica. El siguiente texto de punto busca un aspecto que contribuyó a la reorganización de la asistencia en Portugal a finales de la Edad Media se centra en las acciones promovidas por los monarcas del rey Juan II y su esposa Leonor. Nuestro objetivo es demostrar como alta cultura en la corte, así como algunas influencias

¹ Doutor em História. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – campus Goiânia. E-mail: andrelarissaaliceeva@gmail.com.



ZIERER, Adriana, COSTA, Ricardo da (orgs.). *Mirabilia 26 (2018/1)*
Society and Culture in Portugal
Sociedade e Cultura em Portugal
Sociedad y Cultura en Portugal

Jan-Jun 2017/ISSN 1676-5818

externas, ayudó a guiar la creación del Hospital Real en Lisboa (Hospital de Todos los Santos) y en Caldas da Rainha (Hospital de Noestra Senora del Pópulo).

Palabras-clave: Asistencia – Cultura – Medicina – Hospitales – Portugal.

Keywords: Assistance – Culture – Medicine – Hospitals – Portugal.

ENVIADO: 11.05.2018

ACEITO: 05.06.2018

A historiografia que trata da assistência em Portugal no final da Idade Média tem caracterizado o período como uma fase de aguda crise que, por sua vez, possibilitou uma ação dos monarcas portugueses no reordenamento da assistência aos enfermos. Considerando os inúmeros trabalhos sobre o tema, podemos estabelecer aqui o contexto geral da baixa Idade Média portuguesa que possibilitou o surgimento destas transformações que levamos monarcas deste período a perceber a necessidade de intervir no campo da assistência.

Tal contexto pode ser caracterizado pela incapacidade de atendimento às novas demandas geradas pelo aumento do número de pobres, um maior número de doentes, com surtos epidêmicos recorrentes, como é o caso da sífilis, que irrompeu, com maior incidência em Portugal, na segunda metade do século XV, além de crises cíclicas de abastecimento. Esse cenário intensificou a quantidade de famintos. As guerras de Reconquista, ou mesmo conflitos entre reinos ibéricos, faziam crescer a cifra de viúvas e órfãos. O patrimônio cedido às instituições de assistência foram, segundo pode-se observar, utilizadas em benefício de administradores e não em favor dos necessitados.

A conjugação destes aspectos tornou possível a combinação da caridade, do poder político e da medicina, assim como do secular e do espiritual, num mesmo espaço – o hospital – surgidos também como resposta a essa crise da assistência. Some-se a isso motivação religiosa do momento, enraizado na Casa Real e nas elites locais, difundida em todo a população, e que se denominou de “cultura da caridade”², sem a qual não se pode compreender o ambiente favorável fundamental de todo o processo de reordenamento da assistência e que tem como expoentes máximos no território

² SÁ, Isabel dos Guimarães. “A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490-1600)”. In: *Cadernos do Noroeste*. Braga: Universidade do Minho. Vol. 11, n. 2, 1998, p. 31-63.



português, o Hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa e o Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, nas Caldas da Rainha.

Além destes pontos que indicamos acima, perguntamos: que outros aspectos colaboraram para que a monarquia portuguesa nas pessoas de D. João II e D. Leonor tivessem levado adiante este programa de reordenamento e de centralização da *saúde puvrica* em Portugal?

Há um importante aspecto a se considerar para o bom entendimento da gênese desse processo e, em especial, para o Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, nas Caldas da Rainha, pois, desde sua fundação, trata-se de um hospital moderno, ou seja, desde sempre voltado para os cuidados médicos e para a cura dos pobres enfermos. Para isso colaborou a formação intelectual da nobreza, especialmente da realeza, nas figuras de D. João II e D. Leonor.

No que tange a D. João II, era herdeiro de uma tradição que valorizava a formação intelectual dos monarcas. Manuela Mendonça já demonstrou que o ambiente da corte praticamente exigia que os príncipes estudassem as disciplinas das chamadas sete artes liberais e que se valorizava o intelecto³. Indicou-nos que a formação de D. João II deve ter sido obra de Frei João Rodrigues, do Padre Bacharel Vasco Tenreiro e, em segundo plano, mas não menos importante, do italiano da ordem dos dominicanos, “humanista e referendário assistente do papa Sisto IV”, Justo Balduino⁴.

³ As *artes liberais*: o *Trivium* (Gramática, Lógica e Retórica) e *Quadrivium* (Aritmética, Geometria, Música e Astronomia).

⁴ Temos aqui uma importante informação acerca da formação intelectual de D. João II e de suas ligações com a Itália que, diga-se, eram de longa data. Segundo Manuela Mendonça, há aqui apenas um indício de que o frei Justo Balduino tenha participado da educação de D. João II por opção de D. Afonso V. Todavia a relação entre o frei e o príncipe teria ocorrido extraoficialmente. Ao tratar da presença dos mestres italianos na corte régia para a educação e instrução Mendonça afirma que “(...) Afonso V aceitou inicialmente, não os chamar; contudo, culto como era, não se podia impedir de querer proporcionar a seu filho os ensinamentos dos grandes mestres. Nesta indecisão optou por uma via discreta; não chamou oficialmente um mestre estrangeiro para D. João; conseguiu-o, no entanto, ao mandar vir da Itália Frei Justo Balduino, um ‘sábio dominicano e doutor em ambos os Direitos, para trasladar a latim as crônicas dos reis de Portugal’; mas esta foi, evidentemente, a razão oficial, por que camuflado estava o objectivo visado: que o dominicano viesse a ser Mestre que ainda não tinha sido dado a D. João (...)”. Para maior conhecimento acerca da formação de D. João II ainda jovem veja: MENDONÇA, Manuela. *D. João II. Um percurso Humano e político nas origens da Modernidade em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa. 1995, p. 74.

Também apontou para o fato de que seus contemporâneos reconheceram sua rica formação intelectual, chamado-o mesmo de “instruíssimo”, com aprendizagem de latim e interesse em matemática, geografia, cartografia, artilharia, construção naval e medicina⁵.

A erudição de D. João II nas áreas indicadas contribuiu para orientá-lo processo de expansão ultramarina em direção à Índia. Mas teria também sua erudição e o ambiente da corte, de alguma maneira, orientado a ação do monarca para levar adiante o reordenamento da assistência e os cuidados com “saude puvrica”? Acreditamos que sim tanto para o caso de D. João II como para o de sua esposa D. Leonor.

A influência italiana e renascentista se fez presente em D. João II desde cedo, talvez antes mesmo de Justo Balduino ter-lhe inculcido alguma influência em suas linhas de pensamento. A ligação do monarca com a Itália e as repúblicas italianas, de modo especial com Florença, tem ponto de partida na família de sua mãe, a rainha Isabel de Avis (1447-1455). Seu tio materno, D. Jaime (1433-1459), fora cardeal e vivera na Itália desde, pelo menos, 1452 e ajudara o pai de D. João II, D. Afonso V (1438-1481), a obter do papa Calisto III (1455-1458) a bula para impetrar uma cruzada para conquistar Alcácer Cerguer.

Com a morte de sua mãe, D. João II fora confiado a sua tia D. Filipa, que viveu até 1493. Muito da ligação com Florença deve ter vindo por ela, que era uma mulher muito culta e influenciou o sobrinho desde pequeno. Foi, por meio dela, pelos contatos que manteve certamente com o irmão, o cardeal D. Jaime, que também influenciou o monarca, em razão de sua relação com as repúblicas italianas e erudição. E ainda que D. Jaime tenha morrido, quando D. João II contava com apenas 4 anos, os contatos com as repúblicas italianas e com a corte pontifícia não arrefeceram. Estes contatos com a corte pontifícia mais tarde foram fundamentais para que D. João II obtivesse a bula papal para ajuntar os hospitais de Lisboa em um único hospital⁶.

Este *italianismo* de D. João II⁷ fora também posteriormente insuflado, pelos contatos que sua esposa manteve com as religiosas do convento de Santa Maria Annunciata em

⁵ *Idem*, p. 75-76.

⁶ Esses contatos com as repúblicas italianas e, em especial, com a cúria pontifícia não são específicos deste momento. Aliás, a presença de embaixadas junto ao papa era fundamental em um período em que o pontífice ainda era consultado e referendava uma série de ações dos monarcas.

⁷ Sobre esse *italianismo* de D. João presente em sua atuação nas questões relativas à saúde do reino ver: MOREIRA, Rafael. “O hospital Real de Todos-os-Santos e o italianismo de D. João II”. *In*:

Florença. Afora isso, o contato com a Itália se fazia também por meio dos mestres que em Portugal pontificavam e dos muitos estudantes que por lá andavam. Assim, muitos portugueses formados nas universidades italianas depois vieram a servir a corte.

Esta ligação da Casa Real de D. João II com a Itália pode ser comprovada em seu testamento⁸:

(...) minha tenção he mandar fazer pelo amor de Deus hum sprital, e corporale dos pobres e enfermos pero se se acertar que o Senhor Deos queira de mim al dispoer assy que eu o não possa fazer mando que se faça o dito sprital na maneira que he começado e a governança do dito esprital se faça como parecer bem a meu testamenteiro **o qual queria que pouco mais ou menos seguisse o regimento que se them em Florença e S[i]ena (grifo nosso).**

A reforma iniciada por D. João II e D. Leonor foi pioneira na península Ibérica e segue de perto o modelo destes hospitais. Ao fim, pretendia-se promover alguma reforma ou modernização baseada no paradigma italiano. Os hospitais italianos de Santa Maria Nuova, em Florença e de Santa Maria della Scala, em Siena, são as referências para toda a Europa⁹.

No caso de D. Leonor, tratava-se de mulher de formação intelectual suficiente, inclusive, para que pudesse gerir o reino em diversas situações. Foi em uma de suas regências, após a morte de seu esposo, D. João II, e durante o reinado de seu irmão, D. Manuel, que foi criada a Misericórdia de Lisboa. Também inspirada pela religiosidade individual e própria de seu tempo, encontrou o motivo maior para a fundação do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo. Mas não só a religiosidade e devoção foram os motivos da ação de rainha.

Certamente D. Leonor recebeu a formação necessária a uma mulher da nobreza, respeitando os limites do seu tempo, mas considerando que teria ainda o papel de

PEREIRA, Paulo (org). *Hospital Real de Todos os Santos: 500 anos* – Catálogo, Lisboa: Câmara Municipal, 1993, p. 23-30.

⁸ Fragmentos do testamento de D. João II podem ser encontrados em *PORTUGALLAE MONUMENTA MISERICORDIARUM – volume II: Antes das Misericórdias*. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa (coord. científico José Pedro Paiva). Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, p. 536-537.

⁹ O caso mais exemplar é do Hospital Savoy de Londres. Henrique VII mandou inclusive que fosse feita uma cópia do regimento do Hospital de Santa Maria Nuova para que servisse de modelo ao hospital londrino.

consorte do rei D. João II. Sua constituição intelectual e formativa assim como a de sua corte, permitiu que pudesse ter acesso a obras que reforçaram sua espiritualidade e que, ao mesmo tempo, tivesse conhecimentos de outras áreas como pode ser observado a partir dos livros deixados pela rainha ao Mosteiro Madre de Deus, de Xabregas.

D. Leonor foi uma das figuras que mais contribuíram para a expansão da imprensa em Portugal inclusive financiando e sugerindo edições de obras, verdadeira mecenas, se ainda fôssemos considerar o apoio dado por ela às artes de modo geral. Daí, podemos depreender que se tratava de uma pessoa culta em sentido amplo. A rainha teve acesso a uma literatura devocional, religiosa e didática de cunho moral que valorizava o cuidado com os pobres. Sabemos de outras áreas, como a filosofia, e de pelo menos uma obra médica¹⁰, existente entre aquelas deixadas ao mosteiro onde se recolheu em várias ocasiões e por longos períodos.

Há aqui um ponto que queremos dar relevo. Que a rainha, D. Leonor, tinha uma boa formação intelectual e acesso à literatura médica isso é fato. Mas não só a cultura livresca constituiu seu arcabouço intelectual. Do mesmo modo que, para D. João II, o ambiente da corte de D. Leonor indica as raízes do cuidado com a saúde do reino e do cuidado com os pobres. Lembremos, sem querer retomar a questão de fundo religioso, da preferência da rainha pelos frades franciscanos da Observância e pelas clarissas. São as Ordens Mendicantes, com a obrigação de manter seus votos de pobreza, castidade e obediência, que estavam bem perto da rainha.

Esta preferência foi evidenciada, inclusive, pela presença destes em sua corte. Essa proximidade aponta para a influência das conversas, debates e do aconselhamento dos franciscanos junto à rainha. Por outro lado, não havia apenas religiosos em sua corte. É certo que também existiam muitos homens de formação intelectual sólida e, no caso da medicina, físicos para aconselhar e esclarecer a rainha em suas dúvidas. Estes conselhos foram ouvidos e podemos saber que D. Leonor os tinha sempre em mente,

¹⁰ Isabel Vilares Cepeda identifica, entre as obras deixadas ao Convento Madre de Deus, o título *Compendio da saúde humana* de autoria de Jacobo de Kethan e editado por Jacobo Cromberg. Todavia Ivo Carneiro de Sousa avança ao identificar mais uma obra, que não consta da lista de doações, mas provavelmente a rainha teve acesso. Trata-se do conhecido *Regimento Proveytoso contra ha pestenença*. CEPEDA, Isabel Vilares. “Os livros da Rainha D. Leonor, segundo o códice 11352 da Biblioteca Nacional, Lisboa”. In: *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Série 2, vol. 2, n.º. 2, 1987, p. 51-81; SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento* (policopiada). Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, vol. 2.

ou, se não os tinha, havia sempre quem lembrasse a ela de conselhos úteis para a saúde do corpo e das gentes.

Mesmo que para um período posterior à criação do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, podemos identificar a presença de indivíduos com seus ofícios voltados à arte da medicina. Partindo do trabalho de reconstrução da casa e da corte de D. Leonor, podemos indicar, junto da rainha, a ação de Mestre Gil, cirurgião e médico diplomado, que havia exercido as mesmas funções na casa de seu irmão, D. Diogo, o duque de Viseu¹¹.

Trata-se de uma pessoa de grande renome na corte uma vez que ocupou o cargo de cirurgião-mor do reino desde 1497. Mestre Gil também serviu a D. Leonor até a morte do mesmo, em 1511. Outras pessoas do círculo de D. Leonor com atividades ligadas à saúde foram: Gomes Anes, boticário que acompanhou a rainha em sua estadia nas Caldas da Rainha, em 1503. João do Poço, principal boticário da Rainha, até cerca de 1520¹².

Certamente que, pelo convívio na corte real, onde se poderia encontrar os físicos e cirurgiões do reino e do rei, assim como de vários outros nobres que ali conviviam, a rainha teve contato com outros profissionais da saúde, antes mesmo da fundação do hospital nas Caldas da Rainha. Assim, consideramos que é possível que tenha sido aconselhada ou orientada por eles. Caso contrário, como se explica, por exemplo, que tivesse conhecimento acerca da estrutura e o complexo ordenamento de uma instituição hospitalar e que foi materializada no Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, nas Caldas da Rainha? Seria apenas obra de D. Jorge da Costa, cardel de Portugal e amigo de D. Leonor, e da sua experiência na reforma do hospital dos portugueses em Roma por ordem papal? Pensamos que não.

Houve influência do círculo de físicos e cirurgiões da corte e a absorção por parte de D. Leonor, das obras médicas ou conselhos e orientações solicitadas ou dirigidas a ela por estes profissionais. Havia uma cultura médica (caracterizada pelo acesso às obras

¹¹ SOUSA, Ivo Carneiro de. “Introdução ao estudo do Patrimônio, da Casa e da Corte de D. Leonor”. In: *Revista da Faculdade de Letras* (Separata) – Espiritualidade e corte em Portugal, séculos XVI-XVIII, Porto, 1993, p. 23-52.

¹² Há ainda um moço de sua corte, um tal Jorge Duarte, que era criado do boticário João do Poço, a quem D. Leonor solicita dispensa de examinação à Câmara de Lisboa em 1520. Sobre o círculo de pessoas ligadas à D. Leonor ver: SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento* (policopiada). Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, vol. 2, p. 841-888.

de temática médica e pelos conselhos dos físicos) na corte dos monarcas de Avis. É essa cultura, associada à religiosidade e aos debates em torno das obras de misericórdia, assim como o programa político de reforço do poder real, materializados nas obras de assistência, que permitem compreender os motivos maiores para a criação do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, nas Caldas da Rainha e do Hospital de Todos os Santos, em Lisboa.

Há situações concretas em que os saberes em torno da matéria médica de D. Leonor e da corte leonorina podem ser observados. Ao descrever os oficiais que haviam de servir no mencionado hospital, faz um alerta no *Compromisso*¹³ acerca de quem deveria ocupar o cargo de boticário. Segundo o texto: “(...) Item queremos e mandamos que haja no dito hospital um boticário, o qual será homem **que saiba mui bem seu ofício e a pratica dele, por ser coisa perigosa se pelo contrário for (grifo nosso)** (...)”.

A seguir, o texto do documento estabelece que um escravo seria o responsável por cuidar da horta do hospital assim como por assumiria a função de “(...) destilador das aguas para a botica da casa”. A ideia de que a manipulação de mezinha era algo fundamental para a cura dos males do corpo traduz a atenção da monarquia com esse ofício. Certamente o uso, ou melhor, o mau uso da prática própria dos boticários deveria ter causado alguns inconvenientes.

Possivelmente que, na própria corte, o procedimento para a escolha de um indivíduo que viesse a ocupar a função de boticário era alvo de atenção. Sabia-se, tal como hoje, que certos produtos podiam ser remédio ou veneno em função da dose e da forma de manipulação. Era, portanto, uma função de confiança. Ao mesmo tempo, a manipulação de certos produtos poderia ser utilizada para fins diferentes do propósito da cura. Segundo consta o próprio D. João II não teria sofrido algumas tentativas de envenenamento¹⁴? E ainda que algumas pessoas soubessem de fórmulas que

¹³ O *Compromisso* a que nos referimos é o Compromisso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo. Ver CORREIA, Fernando da Silva. (transcrição) “COMPROMISSO do Hospital das Caldas dado pela rainha D. Leonor, sua fundadora em 1512”. In: *O Instituto. Revista Científica e Literária* (Separata). Coimbra, 1930, 4ª série, nº 9; *PORTUGALLAE MONUMENTA MISERICORDIARUM – volume III: A fundação das Misericórdias: o reinado de D. Manuel I. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa* (coord. científico José Pedro Paiva) Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, p. 132-151.

¹⁴ O debate em torno dos envenenamentos de D. João II deu margem a uma interessante discussão na historiografia portuguesa, com especial destaque para as tentativas de explicação do motivo de seu prematuro falecimento. Manuela Mendonça acabou por tentar desbaratar a hipótese de

pudessem envenenar e matar um indivíduo, podemos afastar a hipótese de que essas fórmulas eram manipuladas por boticários?

O cuidado com a atividade dos boticários por parte da monarquia portuguesa é, como sabemos, anterior a esse momento. D. Afonso V havia dado carta de privilégio aos boticários assegurando a estes a mesma situação dos físicos¹⁵. Entretanto, na mesma carta, proíbe físicos de manipularem mezinha e, por outro lado, intercede aos boticários a possibilidade de fazerem consultas aos que precisassem do apoio dos indivíduos que se ocupavam destes ofícios. Tratava-se da regulamentação das esferas de atuação desses profissionais de saúde.

No documento que regula o funcionamento do Hospital fundado nas Caldas da Rainha – o *Compromisso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo*¹⁶, citado anteriormente –, há a descrição cuidadosa das obrigações dos oficiais ligados à saúde do corpo daqueles que procuravam o hospital. Do capítulo XIII ao capítulo XVIII, é dado um regimento a estes oficiais que formavam o corpo clínico do hospital. Estão descritas as obrigações de cada oficial como, por exemplo, quantas visitas devem ser feitas aos enfermos, a que horas e por quem. São situações pormenorizadas que apenas poderiam ser descritas por quem tinha conhecimento do cotidiano hospitalar.

Este conhecimento e os saberes em volta da matéria médica, ou mesmo essa cultura médica, que circulava na corte dos monarcas e que estes puderam ter acesso, podem ser mais uma vez observados no enquadramento dado aos antigos hospitais nas cidades mais importantes do reino. Primeiro com a criação dos hospitais maiores, como é o caso emblemático do Hospital de Todos-os-Santos de Lisboa, procedimento que depois será alargado para outras cidades do reino. Em segundo lugar, podemos confirmar que essa cultura médica era acessível observando o procedimento dos monarcas na criação e expansão das Misericórdias no reino e no Ultramar. Estas são as formas materiais de assistência assim como a materialização desta cultura médica.

envenenamento como causa da morte do monarca indicando a já levantada hipótese de nefrite crônica como motivo de sua morte. Ver: MENDONÇA. Manuela. “O veneno que matou D. João II”. In: *O tempo Histórico de D. João II (Actas)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2005, p. 357-374.

¹⁵ A carta de privilégios a que nos referimos foi expedida em 1449. O documento é uma carta de privilégio concedido aos boticários. Documento disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: *Corpo Cronológico, Parte I, maço 1, nº 17. Internet, <http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3767277>.*

¹⁶ O texto integral do *Compromisso* pode ser consultado nas obras indicadas na nota 13.



Ainda dentro desta perspectiva, queremos apontar outro momento em que se torna evidente a existência desta cultura médica dos monarcas e, no caso, de D. Leonor. Trata-se da relação estabelecida entre esta rainha e as religiosas enclausuradas de Florença.

No que se alude à ligação entre a rainha e as religiosas do Mosteiro de Santa Maria Annunziata de Florença, sua origem remonta à relação com Eugenia Benedetta¹⁷. Conta-se que, de passagem por Portugal, em razão de uma peregrinação a Santiago de Compostela, logrou êxito em manter contato com a rainha D. Leonor, de quem, inclusive, a religiosa recebeu promessa de ajuda para a construção de um Hospital em Roma. Todavia, regressando à Itália, a religiosa em questão optou por reingressar no mosteiro de Santa Maria Annunziata, local com o qual a rainha manteve contatos epistolares em diversas ocasiões¹⁸.

Esta relação com as emparedadas de Florença deu origem ao pretenso compromisso da rainha com Eugênia Benedetta para a construção de um hospital em Roma. Levando em conta que o Hospital de Nossa Senhora do Pópulo fora fundado em 1485 e considerando que o contato entre as religiosas e a rainha tenha ocorrido na década de 1490, portanto depois da criação do hospital nas Caldas da Rainha, podemos indiciar que o hospital a ser fundado em Roma não teria os moldes dos hospitais medievais, mas o dos hospitais renascentistas. Esse era o caminho trilhado em Portugal, tanto com as Misericórdias como com os Hospitais da vila das Caldas da Rainha e de Lisboa.

¹⁷ Essa correspondência e todas as outras da Rainha D. Leonor que aqui citamos pode ser consultada em duas obras de Ivo Carneiro de Sousa: SOUSA, Ivo Carneiro de. “A rainha D. Leonor e as Murate de Florença”. In: *Revista da Faculdade de Letras* (Separata). II Série, Vol. 4, Porto: 1987, p. 119-133 e *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento* (policopiada). Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa, 1992, Universidade do Porto, vol. 2.

¹⁸ Segundo pode ser apurado por Ivo Carneiro de Sousa a religiosa em questão passou por situações conturbadas antes de chegar à Portugal. Quase foi expulsa do mosteiro em um episódio cheio de controvérsias, inclusive com a apresentação de uma carta falsa à abadessa em que o arcebispo de Florença pediria sua expulsão da religiosa. Depois disso a religiosa resolveu ir a Jerusalém. No caminho teria sido aprisionada e conseguiu fugir do cativoiro por intercessão divina. Depois de ir à Terra Santa optou por visitar os grandes centros de peregrinação do Ocidente levando-a, por fim a Santiago de Compostela e a Portugal. Ver: SOUSA, Ivo Carneiro de. “A rainha D. Leonor e as Murate de Florença”. In: *Revista da Faculdade de Letras* (Separata). II Série, Vol. 4, Porto, 1987, p. 119-133.



Todavia esta é apenas uma conjectura que não pode ser confirmada uma vez que o projeto do hospital romano jamais viria a ser concretizado e que não há referência a este projeto em qualquer outra documentação que consultamos.

Retomando a questão do acesso à matéria médica por parte da rainha, também somos levados a crer nessa possibilidade, já que se tratava de uma figura régia com um mínimo de conhecimento destas temáticas relacionadas. Devido aos contatos concretos estabelecidos posteriormente, estamos certos de que a rainha dava seu apoio às religiosas de Florença por conta e afinidades associadas à sua devoção e religiosidade. Por meio das cartas endereçadas ao convento, temos acesso a um intercâmbio de fundo material e espiritual no qual, do lado da rainha, abundavam as esmolas e ofertas de produtos para a enfermaria das religiosas.

Em uma carta de 1497, dirigida a Eugênia Benedetta, a rainha informa que despacha esmolas e especiarias do reino para a enfermaria do convento:

Eugenya amiga. Nos a raynha de purtugall etc. nos encomendamos em nossas orações e vos emvamos muito saudar depois de termos escrito pera nos essa outra carta determynamos enviar por Johão do porto capelão do senhor rrey meu jrmãao a essas devotas e rreligiosas donas alguu dynheiro e cousas desta terra pertencentes pera a enfermaria (...).

Que qualidade de especiarias foi enviada nesta ocasião não sabemos. Todavia a relação com as religiosas manteve-se daí em diante, podendo ser identificado o contato epistolar, por parte da rainha, até o ano de 1515. Em todas as situações existe um cuidado especial da monarca para com a saúde das irmãs. Em uma carta de 1500 para a abadessa e religiosas do dito convento a rainha envia, mais uma vez, produtos para a enfermaria¹⁹.

Em uma carta da abadessa do Convento de Santa Maria Anunciatta de 1504, podemos ter acesso ao que a rainha havia enviado em certa ocasião. Trata-se de, além de

¹⁹ “Madre abadessa amiche e devote religiose. Noj doña Lianora per grazia de dio Reyna di portogallo etc. Noj ci racchomandiamo in vostre orazionj devote mandiamovj salute. Per lorenzo chorbiniello portatore de questa vi mandiamo alcune cose nostra come e in questra scripta che esta qui drento. **Le quali cose mandiamo per aiuto de vostra enfermaria (grifo nosso)** e per ancora non sono tante quanto desederiamo per carita de accio vi possiate rilavare. recevendo Nojgia quello che facesti e mandasti com tutta vontade.(...)” – SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento* (policopiada). Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa, 1992, Universidade do Porto, vol. 2.



dinheiro que não havia sido entregue na totalidade, produtos de uso medicinal muito específicos e a sua utilidade, provavelmente, era do conhecimento da rainha²⁰.

Em outra ocasião, desta vez em 1509, a rainha discriminou o enviado juntamente com esmolas em dinheiro:

...nesta nao vos enviamos por amtoneo feorentino que nos esta nossa carta leva **trinta e duas arrobas daçuquar e alguas caixas de marmelada (grifo nosso)** pera se gastar em vossa enfermaria avee paciamçia por ao presente não ser mais comprida que tão poucos dias que asy estamos não se pode majs fazer.

No ano seguinte são expedidos mais produtos. Agora é remetida uma esmola de D. Manuel I, em açúcar e especiarias, e coisas da botica pessoal de D. Leonor, que não foram identificadas, para as religiosas em questão. O açúcar era especiaria usada no fabrico de mezinhas e marmelada muito utilizada na dieta dos enfermos. Isso decorre do saber médico que via no açúcar um produto com várias propriedades importantes. Assim poderia ser utilizado no simples preparo de receitas da culinária ou em composições medicamentosas sendo seu uso recomendado para uma série de fins²¹.

(...) **Com essa nossa carta vos seram apresentadas alguas as quaaes mandamos entregar a bertolameo florentyn que dentro nesta achares apomtadas som açuquar e espeçearya(grifo nosso)** pedimos ao senhor Rey meu jrmão pera vos pera em algua parte pagar quanta lembrança delle tendes **as outras cousas vam de nossa butica (grifo nosso)** avee pencyçia pella tardança que ho tempo nom deu pera mais larguo. E perdoae a pouquydade se algua cousa asynada vos conpryr muyto vos prazera de ho sabermos pera nos ser levadas estas que vam nos parecem ser necessareas pera a vossa enfermarya (...).

²⁰“(…)Impero che da di 17 di octubre che decte cose giunso per in fino alpute di. siamo sute tenute in speranza de recepere il tutto. Et per possere vostra Alteza dare certeza daverlo riceputo non se escripto. Et visto nollo potere avere siamo constrette scrivere con dare degna relazione e fede del riceputo. col vero per che idio E soma verita. De ducento ducati doro jnoro che vostra Alteza ci mandava. allultimo di decembre ci fu consegnato cento trenta. quando ci sara consegnato il resto de novo ne daremo aviso. Cosi etiam del zuccheru branco che vostra Alteza ci mandava dua casse nom nom labiamo viste ne avuto il zuccheru. Salvo che in decto Mese libre cinquenta daltro zuccheru grosso e nom bianco decto Lorenzo ci consegno. Le cinque potes del cuquar rosado avemmo altre cinque de Mel rosado. Larchetta de pevitì. Le trenta nove scalote di cotognato in decto Mese se a peino recepemmo.” – SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento* (policopiada). Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, vol. 2.

²¹ REFFÓIOS, Margarida. *Saber e sabores medievais: aspectos da cultura alimentar europeia*. Casal da Cambra: Caleidoscópio edições, 2010, p. 92.



Já em 1515, foram enviados mais produtos para a enfermaria em nome de D. Manuel. E da botica pessoal de D. Leonor vão mais produtos assim como 200 cruzados em esmolos.

...per bertolemeu de laballa feytor de bertolameu merchone que vay per capitam da nao do padre numcjo a que foy entregue o **açucquere e espeçearya que o Senhor Rey meu Jrmãao manda a essa casa. Mamdamos tam bem entregar alguas cousas pera vossa botyca e comteudas em hus sestoos que demtro nessa vos mandamos. Em companhia do padre numçjo que vay por terra vos enviamos duzentos cruzados desmolla (grifo nosso).** e por que tam bem por elle vos escrepvemos e mamdamos falar compridamente.

Quem lê estes fragmentos pode imaginar que era de conhecimento geral que o açúcar e a marmelada tinham propriedades medicamentosas e que isso não contribui para saber se haviam ou não um conhecimento mais sistematizado por trás do envio destes produtos. Mas o que dizer acerca das“(...) outras cousas vam de nossa butica (...)”? Certamente que não seriam coisas escolhidas ao acaso ou coisas que foram mandadas“(...) pera vossa botyca e comteudas em hus sestoos (...)”.

Outra ocasião, em 1511, solicitou a João de Sá para desembargar produtos que seriam destinados para a botica de conventos dos frades e freiras da Observância.

Nos a Raynha mandamos a vos Joham da Saa recebedor da casa da especearya que entregues a Joham vaaz nosso capelam e recebedor do nosso thezouro essas **cousas de butyca (grifo nosso)** que o Senhor Rey meu irmãao mandou desaembargar em vos pera os mosteiros dos frades e freiras de sam francisco davsservançia segundo veres per esse alvara de sua alteza. E tamto que lhas entregades cobrae como lhe sam per elle carregados em reçeyta e guardayos pera vossa conta feito em lixboa ha xbij dias de julho francisco fernandez o fez em mjl bc xj.

Tratava-se certamente de produtos de uso específico na confecção de fórmulas medicinais, uma vez que a carta transcrita acima se dirigia ao *recebedor da casa da especearya*, devendo este desembargar *cousas de butyca* a mando do rei D. Manuel.

Mais uma vez, agora em 1514, a rainha demonstra que era de seu conhecimento o uso de alguns produtos para a conservação e restauro da saúde.

Nos a Rainha mandamos a vos Ruy leyte que dees e entregues a Joham vaaz nosso vedor do tisouro as duas omças de Alicorne acima comtheudas neste mandado do Senhor Rey meu jirmãao. e tamto que lhas derdes cobray este mandado e seu conto feyto per escripvam do nosso tisouro e asynado per ambos comomhe de vosso visto e



oge de crare como lhe caregou o dito aljorne escripta em lixboa aos xxbiil dias de julho
lourenço cabrall a fez no ano de bc xiiij.

Aqui surgiu um elemento muito próprio da medicina medieval: o alicorne. O alicorne, ou licorne, é produto dos cornos do unicórnio. Era utilizado desde o século V a. C. e considerado altamente eficaz contra a pestilências, pragas, mordidas de serpentes, envenenamentos, febres, doenças de pele, problemas respiratórios, portanto, um produto de inúmeras virtudes medicinais.²² Era também de uso de pessoas das categorias sociais mais altas devido a seu preço elevado. Uma vez que se tratava de um elemento fabricado a partir de um animal mítico o custo era, provavelmente, exorbitante.

Se deixarmos o alicorne à parte, é evidente a preferência do uso e envio de açúcar e especiarias para a enfermaria do convento das enclausuradas de Florença e dos religiosos e religiosas franciscanos. No caso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, veremos, no capítulo a parte, que será grande a sua utilização. Em todo caso, seu uso relaciona-sea uma das bases da medicina medieval e fundamento da prática médica no hospital em estudo: os regimes dietéticos.

Ninguém é dono de cultura médica como se isso fosse uma posse a ser obtida apenas e exclusivamente com a formação erudita nas escolas de medicina dentro e fora do reino. Esta cultura médica era absorvida pelo ambiente em que viviam os monarcas, do mesmo modo como a cultura da caridade era ambiental, sendo, portanto, assimilada. Para tanto, devemos reforçar que, na casa e corte de D. João II e D. Leonor²³, pontificavam físicos e oficiais da saúde e que o reino português já contava com um cirurgião e físico-mor desde a segunda metade século XV.

Assim, trata-se de um rei e uma rainha que, no ambiente de uma corte onde mestres, juristas e intelectuais de toda monta se faziam presentes, tinham instrução satisfatória dos temas relativos ao cuidado da saúde do reino, para compreender a importância deste processo de reordenamento da assistência e dos cuidados com “saude puvrica”.

²² JACKSON, Willian. “The use of unicorn horn in medicine”. In: *The Pharmaceutical Journal*, vol. 273, December 2004, p. 925-927.

²³ Acerca da estrutura da casa e corte dos monarcas deste período ver: GOMES, Rita Costa. *A corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Ed. Difel, 1995; SOUSA, Ivo Carneiro de. “Introdução ao estudo do Património, Casa e Corte de D. Leonor”. In: *Revista da Faculdade de Letras – Espiritualidade e Corte em Portugal, Séculos XVI – XVIII*, Porto, 1993, p. 23-52.



O espaço da corte era composto por indivíduos com as mais variadas formações, um espaço heterogêneo, mas repletos de ideias que contribuíram para levar adiante uma proposta posta em curso nessa segunda metade do século XV: a centralização do poder político na monarquia que encontrou no reordenamento da assistência uma forma de legitimação do poder régio.

Fontes

- CARTA DE PRIVILÉGIOS DOS BOTICÁRIOS DESTE REINO. Arquivo Nacional da Torre do Tombo: *Corpo Cronológico, Parte I, maço 1, nº 17. Internet, <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3767277>.*
- CARTA de D. Leonor à Eugênia Bendetta, religiosa do Mosteiro de Santa Maria Annunciata, em Florença, oferecendo dinheiro e outras coisas para a enfermaria – 16 de Agosto de 1497, Lavradio. In: SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento*. (policopiada). Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, Vol. 2.
- CARTA de D. Leonor à abadessa e religiosas do mosteiro de Santa Maria Annunciata enviando esmolas para a enfermaria – 12 de Julho de 1500, Lisboa. In: SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento*. (policopiada). Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, Vol. 2.
- CARTA da abadessa do Convento de Santa Maria Anunciata apontando o recebimento de esmolas enviadas por D. Leonor. (1504) – fragmento. In: SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento*. (policopiada). Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, Vol. 2.
- CARTA de D. Leonor as religiosas e abadessa do mosteiro de Santa Maria Annunziata de Florença enviando doações em açúcar e marmelada para sua enfermaria – 1 Março de 1509, Mosteiro de Madre de Deus em Xabregas. In: SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento*. (policopiada). Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, Vol. 2.
- CARTA de D. Leonor às religiosas do Convento de Santa Maria Annunziata indicando ter recebido duas cartas e enviando esmolas açúcar e especiarias por Bartolomeu Marchione – 6 Setembro de 1510, Mosteiro Madre de Deus de Xabregas. In: SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento*. (policopiada). Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, Vol. 2.
- CARTA de D. Leonor pedindo a João de Sá para desembargar produtos para a botica de conventos dos frades e freiras da Observância – 17 de Julho de 1511, Lisboa. In: SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento*. (policopiada). Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, Vol. 2.
- CARTA de D. Leonor solicitando a entrega de alicorne à João Vaz, seu vedor – 28 de Julho de 1514, Lisboa. In: SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal*



ZIERER, Adriana, COSTA, Ricardo da (orgs.). *Mirabilia 26 (2018/1)*
Society and Culture in Portugal
Sociedade e Cultura em Portugal
Sociedad y Cultura en Portugal

Jan-Jun 2017/ISSN 1676-5818

- na época do Renascimento*. (policopiada). Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, Vol. 2.
- CARTA de D. Leonor ao convento de Santa Maria Annunziata agradecendo o livro que fora doado ao príncipe D. João e enviando esmolos em dinheiro e outras coisas para a botica – 14 de Abril de 1515, Lisboa. In: SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento*. (policopiada). Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, Vol. 2.
- CARTA de D. Leonor enviando açúcar, especiarias para a enfermaria e esmolos para o Convento de Santa Maria Annunziata por intermédio de Bartolomeu della Valle – 20 de Abril de 1515, Lisboa. In: SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento*. (policopiada). Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, Vol. 2.
- CORREIA, Fernando da Silva. (transcrição) COMPROMISSO do Hospital das Caldas dado pela rainha D. Leonor, sua fundadora em 1512. In: O Instituto. Revista Científica e Literária (Separata). Coimbra. 1930, 4ª série, nº 9.
- PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM – volume II: Antes das Misericórdias. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa; (coord. científico José Pedro Paiva) Lisboa : União das Misericórdias Portuguesas, 2002.
- PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM – volume III: A fundação das Misericórdias: o reinado de D. Manuel I. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa; (coord. científico José Pedro Paiva) Lisboa : União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 132-151.

Bibliografia

- CEPEDA, Isabel Vilares, Os livros da Rainha D. Leonor, segundo o códice 11352 da Biblioteca Nacional, Lisboa. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Série 2, vol. 2, Nº. 2, 1987. pp. 51-81.
- GOMES, Rita Costa. *A corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Ed. Difel, 1995.
- JACKSON, Willian. The use of unicorn horn in medicine. *The Pharmaceutical Journal*. Vol. 273. December 2004. Pag. 925-927.
- MENDONÇA, Manuela. *D. João II*. Um percurso Humano e político nas origens da Modernidade em Portugal. Lisboa: Editorial Estampa. 1995.
- MENDONÇA, Manuela. “O veneno que matou D. João II”. In: *O tempo Histórico de D. João II (Actas)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2005, pp. 357-374.
- MOREIRA, Rafael. “O hospital Real de Todos-os-Santos e o italianismo de D. João II,” In: PEREIRA, Paulo (org). *Hospital Real de Todos os Santos: 500 anos – Catálogo*, Lisboa: Câmara Municipal, 1993. pp. 23-30.
- REFFÓIOS, Margarida. *Saber e sabores medievais: aspectos da cultura alimentar europeia*. Casal da Cambra: Caleidoscópio edições, 2010.
- SOUSA, Ivo Carneiro de. A rainha D. Leonor e as Murate de Florença. *Revista da Faculdade de Letras (Separata)*. II Série, Vol. 4, Porto: 1987, pp. 119-133.
- SOUSA, Ivo Carneiro de. A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento. (policopiada). Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, Vol. 2.



ZIERER, Adriana, COSTA, Ricardo da (orgs.). *Mirabilia 26 (2018/1)*
Society and Culture in Portugal
Sociedade e Cultura em Portugal
Sociedad y Cultura en Portugal

Jan-Jun 2017/ISSN 1676-5818

SOUSA, Ivo Carneiro de. Introdução ao estudo do Patrimônio, da Casa e da Corte de D. Leonor.
Revista da Faculdade de Letras (Separata) – Espiritualidade e corte em Portugal, séculos XVI-XVIII,
Porto, 1993, pp. 23-52.